

Sarney estabelece programa para mandato de cinco anos

BRASÍLIA — Convicto de que as 317 assinaturas à emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) já lhe garantem os cinco anos de mandato, o Presidente José Sarney autorizou ontem o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a fixar como compromisso básico de sua administração, até o fim do Governo, a austeridade, o enxugamento dos gastos públicos e o desenvolvimento.

Costa Couto admitiu que Sarney já não tem mais dúvidas em relação ao tempo de seu mandato. Segundo o Ministro, o Presidente sente-se livre para voltar a abordar o tema do mandato — sobre o qual silenciou desde a decisão da Comissão de Sistematização por quatro anos — por considerar "significativa a recente adesão de constituintes à sua tese de cinco anos".

— É claro que existe uma correspondência entre assinatura e voto, embora não exata e perfeita — disse Costa Couto.

O Ministro afirmou que o Governo se empenhará para garantir, em plenário, os votos que teoricamente as assinaturas garantem aos cinco anos de mandato. Mas está tão seguro da vitória de Sarney que chegou a admitir um tratamento político diferenciado para os que apoiam o Presidente e os que se colocam como seus adversários.



Costa Couto anuncia os objetivos

Costa Couto disse que "o Presidente, enquanto Chefe de Governo, é o Presidente de 120 milhões de brasileiros", mas é natural que haja maior sintonia entre os que o apoiam e seus adversários.

Segundo Costa Couto, não haverá retaliações. Até porque, de acordo com o Ministro, o Governo entende que uma política desenvolvimentista, tocada com a tranquilidade do mandato assegurado, renderá dividendos políticos satisfatórios.

— Essa intensificação da ação administrativa vai render grandes dividendos políticos — assegurou.

Presidente fala em derrota da minoria radical do PMDB

O Presidente José Sarney considera que as 317 assinaturas de apoio à emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) já lhe asseguram um mandato de cinco anos e antecipam a derrota dos "históricos" do PMDB, que ele define como "minoria radical".

O Presidente afirmou, ontem, no programa semanal "Conversa ao pé do rádio", que considera o assunto já decidido pela Constituinte.

Sarney disse, no programa, que o apoio ao mandato de cinco anos "é muito mais que a maioria absoluta" e vai utilizar os dois anos que lhe restam "em benefício do povo brasileiro".

"Como eu sempre havia dito, este assunto caberia à Constituinte decidir, e agora que já decidiu, vamos tentar fazer da melhor maneira possível que este tempo seja utilizado em benefício do povo brasileiro".

A democracia, acrescentou Sarney, "vive da periodicidade dos mandatos" e, por isso, seria uma

discriminação, até uma cassação, a vitória dos que defendem quatro anos de mandato.

Sarney fez uma retrospectiva de sua administração e, citando o desempenho de outros países, como Estados Unidos, Itália e Alemanha Ocidental, afirmou que o Brasil não sofreu isoladamente os efeitos da crise econômica.

O Presidente reconheceu que o ano de 1987 foi dos mais difíceis, mas lamentou que seu Governo tivesse sido alvo de uma campanha de pessimismo que chegou a anunciar a recessão no País.

"Finalmente — disse o Presidente —, os balanços político e econômico estão desfazendo algumas inverdades divulgadas por esses constantes adversários, eu não digo do Governo, mas adversários do próprio País. Mas, nesse instante verificamos que governadores, prefeitos, parlamentares, líderes populares de todos os partidos, o povo, as lideranças, estão se conscientizando de que devemos estar juntos para construir o progresso".

Cabral acolherá até as emendas contraditórias

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou ontem que, ao dar o seu parecer técnico e jurídico sobre as novas emendas ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, acolherá as do Centrão apesar de ver contradições em algumas delas. Adiantou ter considerado contraditória, por exemplo, a definição de estabilidade dada pela proposta do Centrão.

— No projeto da Comissão de Sistematização em nenhum momento falamos em estabilidade. No entanto, o Centrão coloca a palavra "estabilidade" em sua emenda e na linha seguinte acaba com a estabilidade. Vejo isso como uma contradição — afirmou.

As emendas com mais de 280 assinaturas terão parecer favorável, segundo o Relator, mesmo que ele seja pessoalmente contrário a alguma. Com isso, uma nova contradição terá de ser resolvida pelo plenário da Constituinte, pois tanto as emendas presidencialistas como as parlamentaristas terão parecer favorável, assim como a emenda do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR), que propõe cinco de mandato para o Presidente José Sarney.

É difícil

UM DEPUTADO propõe que o Plauai tenha um abatimento de 50 por cento nos impostos federais lá recolhidos.

OUTRO quer a independência do Estado do Acre.

ESTAS são duas das 2.045 emendas apresentadas na Constituinte, visando a alterar o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

COM A imaginação correndo solta desse jeito, fica extremamente difícil de se produzir uma Constituição realmente séria.

O Relator afirmou ainda não encontrar nenhum inconveniente na possibilidade de inversão da ordem de votação, para que o sistema de Governo e o mandato do atual Presidente da República sejam votados em primeiro lugar. No entanto, disse haver dificuldades regimentais

para que a proposta venha a ser aceita.

Até agora, segundo o Relator, já foi analisado todo o capítulo da seguridade social. Ontem, ele e os Relatores Adjuntos começaram a estudar as emendas apresentadas aos temas relacionados com direitos e garantias individuais e partidos políticos. Hoje, eles pretendem entrar na questão da reforma tributária e organização do Estado.

O Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), um dos Relatores Adjuntos, explicou que os temas mais polêmicos estão sendo deixados para o fim dos trabalhos à espera de possíveis acordos entre vários setores. Apesar de já terem analisado os direitos sociais, itens como a estabilidade e a imprescritibilidade das causas trabalhistas ainda estão com o parecer indefinido. O mesmo acontecerá com o conceito de empresa nacional, reforma agrária e outros temas.

O trabalho dos relatores começou a partir do recebimento de emendas de forma oficiosa. Segundo Adolfo, a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte ainda não encaminhou oficialmente emenda alguma para o Relator Bernardo Cabral.

Assinaturas nas duas listas não garantem o voto

BRASÍLIA — O número de assinaturas para o encaminhamento de uma emenda pode assegurar sua preferência na ordem de votação, mas está longe de indicar maioria para a aprovação. Esta premissa se confirma nas emendas relativas ao sistema de governo, em que 158 constituintes assinaram tanto a emenda presidencialista como a parlamentarista.

Presidencialistas convictos como os Líderes do PFL, José Lourenço (BA), e do PDS, Amaral Neto (RJ), assinaram as duas emendas, sem qualquer indicação de que estariam apoiando apenas para garantir número a proposta parlamentarista do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Até mesmo um dos autores da proposta de presidencialismo híbrido, o Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acabou registrando seu aval ao parlamentarismo.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o Senador José Richa (PMDB-PR), articuladores do parlamentarismo e autores de emendas individuais, também assinaram a proposta presidencialista. Com seus nomes das duas listas de apoio estão ainda os parlamentaristas Cid Car-

valho (PMDB-MA) e José Paulo Bisol (PMDB-RS).

Mesmo contrários à orientação partidária, constituintes do PDT e do PT acabaram apoiando a emenda parlamentarista, registrando seus nomes nas duas propostas. Este é o caso dos Deputados José Genoíno (PT-SP), Gumerindo Milhomem (PT-SP), Amaury Müller (PDT-RS) e Chico Humberto (PDT-MG) e do Senador Maurício Corrêa (PDT-DF).

Na esquerda do PMDB também não faltaram apoios duplos. Acompanhando a posição do Líder do partido na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), assinaram as duas listas os Deputados Domingos Leonelli (PMDB-BA) e Haroldo Sabóia (PMDB-MA), ambos integrantes do MUP (Movimento da Unidade Progressista), que tinha se definido em bloco pelo parlamentarismo.

Os presidencialistas conseguiram ainda as assinaturas dos Deputados Antônio Brito (PMDB-RS), Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Fernando Lyra (PMDB-PE), parlamentaristas.

A lista de assinaturas duplas chega a quase metade dos signatários que as duas emendas conseguiram.

A proposta presidencialista conseguiu 349 assinaturas, contra 346 da parlamentarista.

Se for aprovada a emenda presidencialista que conseguiu preferência, o Presidente praticamente manterá as atribuições expressas na atual Constituição. Será o Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante Supremo das Forças Armadas, expedirá decretos e nomeará os Ministros. A medida mais significativa de fortalecimento do Congresso será a moção de censura a Ministros, inclusive militares.

A emenda presidencialista que procurava estabelecer um equilíbrio maior entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, elaborada pelo Senador Marco Maciel (PFL-PE), não foi aceita porque não conseguiu o apoio de 280 assinaturas. Nesta proposta, a nomeação dos Ministros dependia de prévia aprovação do Senado. Os projetos de lei julgados inconstitucionais pelo Presidente teriam que ser apreciados pelo Supremo Tribunal Federal e, para derubar um veto presidencial, o Congresso precisaria de maioria absoluta (atualmente é de dois terços).